



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682048 - BA (2021/0230463-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALEXSANDRO PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : ALEXSANDRO PEREIRA DE SOUZA - BA041195
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : LAIANE DOS SANTOS BRITO (PRESO)
CORRÉU : LUCIANO DA SILVA CERQUEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAIANE DOS SANTOS BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8017458-44.2021.8.05.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I, IV e VI do Código Penal.

Sustenta a impetrante a ausência de fundamentação da decisão que manteve a prisão preventiva da paciente, bem como a falta dos requisitos legais para a preventiva,

Alega, ainda, que "as ilegalidades a que vem sendo o paciente submetido, arbitrariamente preso, com uma decisão exarada despida de fundamentação, violando o quanto preceitua as recomendações do CNJ no atual cenário de crise de pandemia e Art. 311e seguintes do CPP, se não cessado, desde já, por este Egrégio Tribunal de Justiça, rasgará os preceitos fundamentais disposto na Carta Maior e das Leis Federais, além de aflorar no mesmo o sentimento de completa desesperança." (fl. 11)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão para responder ao processo em liberdade, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da

ementa a seguir:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CONSUMADO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE, RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA, FEMINICÍDIO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA AFASTADA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CUSTÓDIA MANTIDA A BEM DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO NÃO VERIFICADO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA REVISADA PERIODICAMENTE A CADA 90 DIAS. ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO ART. 316 DO CPP. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PACIENTE PRONUNCIADA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO JULGADO. PANDEMIA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO A QUO. ORDEM DENEGADA.

-“... No dia dezenove de outubro de 2018, por volta das onze horas, no Barrado, Iará, os acusados, acompanhados da adolescente C. S. S, dirigiram-se até a residência de Sainara Suzart, ex-companheira do Sr. Luciano. Ao chegar no local, o acusado encontrou a vítima com seu filho no colo. O acusado então pediu que a vítima soltasse a criança, o que não fora realizado. Então o acusado desferiu cinco tiros contra o rosto de Sainara, causando-lhe as lesões previstas no Laudo Pericial acostado aos autos, que foram causa eficiente de sua morte... A Sr^a. Laiane atual namorada do Sr. Luciano, convenceu o acusado a matar a vítima por ciúmes do mesmo, bem como por ter sido ameaçada pela mesma numa sessão de candomblé”. (fls. 27-28)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência